



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano
 Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano
 Coordenação-Geral de Gestão do Território

ATA

CDIF	ATA DE REUNIÃO	RO.17/CDIF/2020
-------------	-----------------------	------------------------

1. DAS INFORMAÇÕES INICIAIS

EVENTO: XVII Ordinária Reunião da CDIF	DATA/HORA: 24/08/2010 14h30 às 17h	LOCAL: Videoconferência Microsoft Teams® – Brasília/DF
--	---	--

2. DO INSTRUMENTO DE CONVOCAÇÃO

Processo MDR 59000.005001/2020-45

3. DA PAUTA DA REUNIÃO

HORÁRIO	EVENTO
14h30	Abertura
14h45 às 15h30	> Informes: <ul style="list-style-type: none"> o Videoconferências com Superintendências e os Arcos da Faixa de fronteira. o Cidades prioritárias para atuação na Faixa de fronteira – 2020-22. o Conselho Nacional da Amazônia Legal e a Faixa de fronteira. o Regiões de Influência das Cidades – REGIC (IBGE).
15h30 às 16h45 (5 a 10 minutos por órgão)	> Ações em execução ou planejamento na Faixa de fronteira (Membros da CDIF): <ul style="list-style-type: none"> o Ministério do Desenvolvimento Regional o Ministério da Justiça e Segurança Pública o Ministério da Defesa o Ministério das Relações Exteriores o Ministério da Infraestrutura o Ministério da Educação o Ministério da Saúde o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

16h45 às 17h	> Encaminhamentos e encerramento.		
	> Agenda de reuniões da CDIF para 2020/2021:		
	o XVIII Reunião Ordinária	23 de novembro de 2020	MDR
	o XIX Reunião Ordinária	22 de fevereiro de 2021	
	o XX Reunião Ordinária	24 de maio de 2021	
	o XXI Reunião Ordinária	23 de agosto de 2021	
o XXII Reunião Ordinária	22 de novembro de 2021		

4. DO DESENVOLVIMENTO

Aos vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte, às quatorze horas e trinta minutos, por meio de videoconferência, com a utilização da ferramenta Microsoft Teams®, realizou-se a XVII Reunião Ordinária da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira – CDIF, cuja Secretária-Executiva é exercida pela Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano do Ministério do Desenvolvimento Regional, conforme estabelece o art. 4º do Decreto nº 9.961, de 8 de agosto de 2019.

Compareceram todos os representantes da CDIF, totalizando quórum de oito membros com direito a voto: Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP, Ministério da Defesa – MD, Ministério das Relações Exteriores – MRE, Ministério da Infraestrutura – MINFRA, Ministério da Educação – MEC, Ministério da Saúde – MS e Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSI.

Também compareceram como convidados representantes: do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, do Tribunal de Contas da União – TCU, e os governos estaduais do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Rondônia e Roraima – por intermédio de seus respectivos Núcleos Estaduais de Fronteira.

Participaram como observadores da Coordenação-Geral de Gestão do Território (CGGT/DDRU/SMDRU/MDR) os seguintes servidores do MDR: Maria Thereza Ferreira Teixeira, Caio Victor Vieira Silva Martins, Guilherme Castello Branco Coutinho.

A Coordenadora-Geral de Gestão do Território, Maria Thereza Ferreira Teixeira, informou a todos os participantes que a reunião será gravada para fins administrativos e de ata, e apresentou as orientações gerais para a videoconferência, sendo:

- Por gentileza, faça sua apresentação no chat (que poderá ser usado, caso alguém queira fazer uso da palavra);
- Para fazer o uso da palavra, pode usar o ícone “levantar a mão”;
- Ao iniciar a fala, dizer o nome do representante e órgão/entidade que representa;
- Pedimos autorização para a gravação da reunião; e
- Desligar o microfone enquanto não estiver fazendo uso da palavra.

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano – DDRU, Adriana Melo Alves, iniciou o expediente informando que, atualmente, estamos em um momento favorável para a implementação de ações na faixa de fronteira, destacando que o MDR é um ministério que agrega as pautas das temáticas “urbano” e “regional”, envolvendo também os quesitos que envolvem o desenvolvimento produtivo, sendo um ministério robusto sobre o ponto de vista de diversidade de políticas públicas, e que a pasta está avançando internamente, além da questão de capitanear a governança para o desenvolvimento da faixa de fronteira no âmbito do governo federal. Comunicou também que o MDR está articulando diversas iniciativas próprias para ter-se uma atuação mais robusta e sistematizada, com maior impacto na fronteira, em parceria com os governos estaduais e municipais. Sob o ponto de vista da atuação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, foi destacado em reuniões anteriores da CDIF que a faixa de fronteira é um território priorizado, sendo uma sub-região prioritária da PNDR, e também é priorizada sob as competências do GSI e do MRE devido aos quesitos inerentes à própria fronteira oeste,

como as questões de segurança, soberania, prevenção na entrada de ilícitos, relação com os países fronteiriços, sendo assim uma região peculiar. Mais uma vez, destacou-se que, para o MDR, a faixa de fronteira é uma região priorizada sob suas competências, e que continuamente busca-se o engajamento e o envolvimento entre os representantes da CDIF. Neste ponto, falou-se que serão apresentadas as ações do MDR para a faixa de fronteira para que seja possível a convergência de prioridades. Assim, a partir do momento que se desenha uma iniciativa com olhar de priorização para a fronteira, busca-se eleger territórios também priorizados dentro da faixa de fronteira. Portanto, informou-se que se os membros da CDIF possuírem iniciativas convergentes, tanto setorialmente quanto territorialmente, ou iniciativas que venham a complementar as do MDR na faixa de fronteira, faz-se importante a comunicação e divulgação para mostrar que o governo federal está se preocupando com a fronteira oeste e com o envolvimento dos governos estaduais na pactuação de prioridades; sendo assim, são ações coordenadas, de maior fôlego, sistemáticas e contínuas para a superação de críticas recorrentes sobre a questão da interrupção de ações no âmbito da faixa de fronteira a cada gestão de governo.

Em seguida, a Diretora do DDRU fez a leitura da pauta da reunião e iniciou com o item “Informes”.

A Coordenadora-Geral da CGGT iniciou a fala (acompanhada de apresentação PowerPoint®, que será disponibilizada em formato *Portable Document Format* (PDF) a todos os participantes desta reunião via mensagem eletrônica) sobre as “Videoconferências com Superintendências e os Arcos da Faixa de fronteira”: foram realizadas três rodadas de diálogos com os Núcleos Estaduais de Fronteiras

- NEF, desde o início da pandemia da Covid-19 em 2020, com o intuito de acompanhar os impactos dos avanços da pandemia nos estados fronteiriços, como nas redes de abastecimento e de atenção, e ações de prevenção à Covid-19. Frisou-se que, em nenhum momento, a intenção foi de substituir o diálogo dos governos estaduais em relação à pandemia com o Ministério da Saúde no que tange às competências daquela pasta. De fato, a intenção foi a de captar outras demandas que sugeriram em relação à faixa de fronteira. Informou-se sobre os principais temas abordados com os NEF, sendo:
 - a mitigação e a conjuntura pandêmica na faixa de fronteira dos estados;
 - dificuldades com contatos consulares;
 - a questão dos haitianos, peruanos e senegaleses desdocumentados em território nacional;
 - a situação de desabastecimento e comércio Brasil-Bolívia (Guajará-Mirim);
 - os Pelotões Especiais de Fronteira (PEF); e
 - necessidade de maior integração intranúcleos estaduais de fronteira.

Sobre as dificuldades com contatos consulares, falou-se sobre as dificuldades enfrentadas na repatriação de estrangeiros a seus países e de nacionais brasileiros ao Brasil. Sobre isso, o MDR dialogou com o MRE para o auxílio junto aos governos estaduais na solução dessas situações.

Sobre a questão dos haitianos, peruanos e senegaleses desdocumentados em território nacional, foi trazido pelo Estado do Acre a questão desses estrangeiros encontrarem-se no Brasil sem documentação e em situação de fluxo para outros países. Esse ponto foi motivação de reunião realizada com o GSI, responsável pelo Programa de Proteção Integrada de Fronteiras – PPIF, e com o MRE.

Sobre a situação de desabastecimento e comércio Brasil-Bolívia (Guajará-Mirim), foi feito um diálogo especial com o MRE e a Receita Federal do Brasil para essa questão específica.

Sobre os Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), foi recebido um questionamento especial por parte do Governo do Estado do Amazonas a esse respeito. O MDR enviou ao MD o Ofício nº 722/2020/GAB/SMDRU-MDR, de 23 de abril de 2020, cujo assunto era a “Solicitação de informações referente às ações da Operação Covid-19 na Faixa de Fronteira”. O Estado do Amazonas solicitava informações a respeito dos PEF, que se encontravam em postos muito avançados no território nacional, e requeria informações sobre a situação da Covid-19 devido aos PEF realizarem um importante papel na função de diálogo e apoio à população atingida.

Sobre a necessidade de maior integração intranúcleos estaduais de fronteira, elencou-se os expedientes que frequentemente são gerados: a) auxílio nos contatos oficiais e divulgação do portal digital do Ministério da Saúde para a Covid-19; b) apoio aos governos estaduais solicitantes nas comunicações consulares no Itamaraty; c) contato com o GSI e MRE para resolução das situações- problema, respeitando as competências legais; d) solicitação de reciprocidade no tráfego de moradores de cidades-gêmeas ao Governo da Bolívia; e) solicitação de informações ao MD sobre as ações dos PEF; e f) lapidação da estratégia de integração intranúcleos estaduais de fronteira (em andamento).

A Coordenadora-Geral da CGGT informou aos membros da CDIF sobre a elaboração, por parte da equipe técnica da CGGT, do “Manual para os Núcleos Estaduais de Fronteira”, para auxiliar os NEF a potencializarem estas organizações dentro dos estados fronteiriços referentes às articulações, as características e ao papel dos NEF em seus respectivos estados.

Após, iniciou-se o item da pauta “Cidades prioritárias para atuação na Faixa de fronteira – 2020-22”. Informou-se que a equipe técnica da CGGT, com o apoio de estudos realizados pelo Ipea em parceria com o MDR, tem trabalhado na construção de um programa para a faixa de fronteira, doravante denominado como Programa de Fronteira Integrada, com as ações que vem sendo desenvolvidas pela pasta sobre o tema em tese. Apresentou-se um quadro sobre o volume de investimentos em execução (até fevereiro de 2020) das unidades do MDR com base nos instrumentos executados e em execução nos municípios de fronteira. Outro dado apresentado foi um quadro denominado “Municípios situados na Faixa de Fronteira com investimentos do MDR até fevereiro de 2020”, o qual é separado por cada estado situado na faixa de fronteira. Seguidamente, mostrou-se um *slide* sobre projetos produtivos em execução (com exemplo): redes de arranjos produtivos locais, associados a cadeias produtivas estratégicas capazes de promover a inclusão produtiva e o desenvolvimento sustentável em regiões brasileiras priorizadas pela PNDR (Portaria MI nº 162/2014, Portaria MI nº 80/2018). Mencionou-se sobre o apoio à inovação para parques tecnológicos com o exemplo de visita técnica realizada no Estado do Amazonas, em fevereiro deste ano, para um Acordo de Cooperação Técnica – ACT com o Governo do Estado do Amazonas e a Universidade Federal do Amazonas – UFAM objetivando um polo tecnológico na região da Tríplice Fronteira Amazônica, formada pelas cidades de Tabatinga/Brasil, Santa Rosa/Peru e Leticia/Colômbia. A perspectiva é de impulsionar a ciência, a tecnologia e a inovação para os produtos da biodiversidade, pensando em especial nos fitoterápicos, neurogênicos e biocosméticos. Falou-se também sobre os diversos polos de integração nacional que acontecem no Estado do Rio Grande do Sul.

Depois, sobre a parte do desenvolvimento urbano, foram apresentados dois focos importantes a serem abrangidos dentro do futuro Programa de Fronteira Integrada, sendo: Barragem Eclusa do Canal São Gonçalo/RS (que permite abastecimento de água para consumo humano e para a produção da agricultura de arroz); e Termo de Execução Descentralizada entre o MDR e a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul para Elaboração do Plano Diretor de Porto Murtinho/MS (cidade-gêmea por onde perpassa o Corredor Bioceânico para o Desenvolvimento Local e ocorrem as obras referentes à Rota Bioceânica para o escoamento da produção local para os portos do Chile). Com esses exemplos, destacou-se que a elaboração do Programa de Fronteira Integrada engloba as características de reunir o desenvolvimento produtivo e a infraestrutura urbana para os municípios da faixa de fronteira. Foram apresentadas imagens demonstrativas (fonte: Portal Cidades – IBGE) de Porto de Guajará-Mirim/RO, Tabatinga/AM e Atalaia do Norte/AM, frisando-se que a infraestrutura urbana é um ponto essencial e um desafio para a atuação dos governos nos municípios da faixa de fronteira, em especial nas cidades-gêmeas devido ao fluxo maior de pessoas e à importância dessas em suas regiões.

A Diretora do DDRU discorreu sobre o Programa de Fronteira Integrada, que trabalhará com dois grandes eixos, o desenvolvimento produtivo e a infraestrutura urbana. O desenvolvimento produtivo carrega consigo a infraestrutura econômica e logística. Também exemplificou sobre o que pode ser trabalhado dentro do MDR em termos de infraestrutura logística, como pequenos portos, ancoradouros e píeres de suporte à logística e as rodovias estaduais, além de estradas vicinais. E sobre a questão da agenda da infraestrutura urbana, pode-se apoiar diretamente projetos mediante articulação entre a SMDRU e outras secretarias do MDR. Exemplos de apoio direto do MDR foram dados, como: reabilitação de áreas urbanas, sistema de áreas verdes (incluindo parques e praças), pavimentação urbana, iluminação pública, espaços de convivência ao ar livre e modernização tecnológica. Frisou-se também a possibilidade de articulação principalmente com a Secretaria Nacional de Saneamento (SNS/MDR), citando o descompasso em indicadores baixos de saneamento precário em alguns recortes da fronteira oeste, em especial no Arco Norte. Discursou-se também sobre a existência de outras iniciativas ligadas a infraestrutura hídrica dentro do MDR, e que a pasta está se organizando para uma ação integrada na faixa de fronteira, citando a presença de um ambiente de governança bastante representativa, uma pactuação federativa com os NEF e políticas públicas a serem priorizadas para a faixa de fronteira. O Programa de Fronteira Integrada está sendo formatado de modo a permitir que outras iniciativas sejam agregadas em termos de complementação. Sobre as prioridades territoriais para a faixa de fronteira, que possui três arcos fronteiriços com problemáticas particulares em suas regiões, foi dito que inicialmente serão priorizadas as cidades-gêmeas e as cidades que desempenham um papel importante e foram elencadas nos planos regionais elaborados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e Superintendência do

Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO. A atuação dessas superintendências, por meio de seus planos regionais, tem, por exemplo, uma intermediação de fluxos e a capacidade de absorver atividades produtivas. Os planos regionais, que tem uma interface com a fronteira oeste, sendo o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA Plano Regional de Desenvolvimento do Centro- Oeste – PRDCO, elegeram cidades com função intermediadora não sendo necessariamente cidades- gêmeas, designadas como cidades intermediárias, as quais também serão priorizadas pelo Programa de Fronteira Integrada. E, ao se falar em desenvolvimento produtivo, não se considera somente a cidade (núcleo ou centralidade urbana), mas sua área de influência, que é variada de cidade a cidade. A partir de então, será possível futuramente também trabalhar com outras articulações como, por exemplo, a implementação da Infovia do Alto Solimões.

Posteriormente, citou-se a participação do MDR no Conselho Nacional da Amazônia Legal a partir de duas frentes principais, uma delas sendo a Comissão de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal (por meio de representação da SMDRU) e outra sendo na área de relações internacionais (por meio de representação da Assessoria Internacional do MDR). A respeito da Comissão de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, participa-se atualmente na eleição de uma prioridade que é o esforço de se trabalhar uma aposta na bioeconomia, que é estratégica e coaduna com o PRDA. Trabalha-se em elos faltantes na cadeia de bioeconomia para a estruturação dos eixos de intervenção que, a título de exemplo, passam por uma melhoria do ambiente de negócios, envolvem a questão da regulação e do envolvimento dos fitoterápicos e fármacos da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, do Ministério da Saúde. Um dos programas prioritários elegidos no âmbito do Conselho Nacional da Amazônia Legal é um projeto piloto sobre um centro tecnológico em Tabatinga/AM. Nesse sentido, a faixa de fronteira também está sendo discutida na esfera do Conselho Nacional da Amazônia Legal, especialmente os Arcos Norte e Central.

Em seguida, a Coordenadora-Geral da CGGT comunicou sobre uma parceria entre o MDR e o Ipea que envolve estudos e a publicação de livros intitulados “Fronteiras do Brasil”, em cinco volumes: a) Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública - Volume 1; b) Fronteiras do Brasil: diagnóstico e agenda de pesquisa para política pública - Volume 2; c) Fronteiras do Brasil: uma avaliação do arco Norte - Volume 3, d) Fronteiras do Brasil: uma avaliação do arco Central - Volume 4; e e) Fronteiras do Brasil: uma avaliação do arco Sul - Volume 5. Também foram divulgados o “Estudo Técnico Sobre a Viabilidade de Criação de “Cidade Gêmea” Cáceres (Brasil) – San Matías (Bolívia)”, a “Nota Técnica - Pandemia e Fronteiras Brasileiras: Análise da Evolução da Covid-19 e Proposições” e o estudo “Referências para a formulação de políticas públicas para as fronteiras brasileiras”, todos elaborados pelo Ipea. Após, voltou a tratar do Programa de Fronteira Integrada com destaque a dois pontos importantes, sendo a participação da CDIF e dos NEF. Intenta-se, juntos aos NEF, a criação de um canal de escuta e diálogo para a identificação de projetos a serem priorizados, tornando-se um programa aderente com as prioridades territoriais. Em referência à CDIF, o programa buscará as complementariedades e convergências com outras políticas públicas. Além disso, esclareceu-se que será demonstrado quais projetos do MDR estão em andamento de forma que, se outras iniciativas dos demais ministérios que compõem a CDIF dialogarem com esses projetos, é importante que tais propósitos sejam apresentados como uma convergência a partir do diálogo no âmbito da CDIF, traduzindo-se na provisão da infraestrutura e do desenvolvimento produtivo, que integram o mandato do MDR.

Logo após, passou-se a palavra para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que discursou sobre o informe da pauta da reunião “Regiões de Influência das Cidades – REGIC (IBGE)” por meio de apresentação PowerPoint®.

Sumariamente, a apresentação compreendeu sobretudo a parte internacional da pesquisa, que é feita a cada dez anos, sendo sua última versão datada de 2018. Os objetivos foram: a) definir a hierarquia dos centros urbanos; b) delimitar as regiões de influência associadas aos centros urbanos; c) qualificar os centros urbanos do País por meio de análises temáticas; e d) periodicidade de 10 anos, em razão de ser um fenômeno estrutural. Em seguida, exibiu-se um mapa sobre o quadro nacional da rede urbana brasileira, percebendo-se que a área de influência das metrópoles não obedece aos limites estaduais, o que ocorre também nas fronteiras nacionais. Embora a fronteira seja uma barreira ou fechamento político, com as condições macroeconômicas no país sendo diferente das presenciadas nos países vizinhos, esse fechamento não é absoluto. A centralidade das cidades brasileiras transborda para o outro lado da fronteira. Foi executado um levantamento de caráter exploratório em duas vertentes: a) *Town-ness* (relações de curta distância fronteira); e b) *City-ness* (relações internacionais de longa distância). O módulo principal da pesquisa contou com um questionário aplicado, cujos resultados foram apontados em relação a redes temáticas de deslocamentos populacionais para busca de bens e serviços. O subsequente mapa demonstrou

a conectividade global das cidades brasileiras. A apresentação em formato *Portable Document Format* (PDF) será disponibilizada a todos os participantes desta reunião via mensagem eletrônica.

A Diretora do DDRU agradeceu ao IBGE pela apresentação “Regiões de Influência das Cidades – REGIC (IBGE)”, e comentou que a REGIC 2018 é bem interessante porque a pesquisa mostra o módulo internacional, visto que a REGIC anterior explorava esse componente menos detalhadamente. Completou que, para a faixa de fronteira, é essencial ver as relações com os países vizinhos, demonstrada por meio de mapeamento de fluxos, sendo bastante interessante para um olhar especial também para as cidades-gêmeas, cidades intermediadoras e cidades médias, reforçando o papel destas como centralidades da fronteira. O estudo foi considerado um *upgrade* por focalizar a faixa de fronteira como uma região priorizada e demonstrar os fluxos a partir de diferentes intensidades e indicadores. O estudo da REGIC 2018 irá subsidiar o MDR em diferentes políticas, que também está explorando bastante na construção da política de desenvolvimento urbano, e na PNDR (que dialoga com a rede de cidades policêntricas).

A Diretora do DDRU abriu a sessão para comentários dos participantes desta reunião:

- A representante do Ministério da Saúde parabenizou o estudo do IBGE e falou da importância do estudo, especialmente a respeito do módulo internacional sobre a interação das cidades, para orientar nos acordos bilaterais entre países e com o bloco do Mercosul e entender os movimentos no que tange à temática da saúde. Solicitou-se futuro encontro com o IBGE para apresentação mais específica ao Ministério da Saúde devido à importância do estudo na formulação de políticas públicas. Também, parabenizou-se o MDR pelas ações feitas na faixa de fronteira com possibilidade de se pensar em convergência com as ações do Ministério da Saúde para essa região. Por fim, demonstrou-se interesse em reunir-se com o Ipea sobre a “Nota Técnica - Pandemia e Fronteiras Brasileiras: Análise da Evolução da Covid-19 e Proposições” para se aprofundar em trabalhos relacionados ao tema em questão.
- O representante do Estado do Amazonas comunicou que o estado está desenvolvendo algumas ações em sua faixa de fronteira, e demonstrou que o NEF-AM tem se preocupado bastante também com temas de infraestrutura e em alinhar-se com o governo federal para programas na faixa de fronteira. Além disso, manifestou interesse em reunir-se com o IBGE para discutir acerca do estudo “Regiões de Influência das Cidades – REGIC (IBGE)” e sua influência para os estados do Arco Norte, principalmente no Estado do Amazonas, com foco nas regiões de influência das cidades nas fronteiras. Por último, externou a preocupação de se aproximar das informações do estudo em tese para propor uma ação conjunta para a faixa de fronteira do estado, considerando a participação de universidades locais e outros atores.
- O representante do IBGE informou que o instituto se coloca à disposição, com possível mediação do MDR, para os eventuais interessados em reunir-se para tratar do estudo da REGIC 2018.

Em ato contínuo, iniciou-se o item da pauta “Ações em execução ou planejamento na Faixa de fronteira (Membros da CDIF)”:

- Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública: comunicou-se o interesse em tentar alocar um setor da pasta que corresponda melhor às expectativas da CDIF, visto que o Departamento de Migrações do MJSP é responsável por pautas como naturalização, expulsão de estrangeiros e regularização migratória. Explica-se que, dentro do órgão, tem-se a Coordenação-Geral de Fronteiras da Secretaria de Operações Integradas – SEOPI, que corresponderia melhor às pautas prioritárias da CDIF de ações afirmativas de integração e de desenvolvimento. O MJSP coloca-se à disposição para um redirecionamento interno para alocar uma área da pasta que possa contribuir com mais subsídios e substância aos interesses da CDIF. A Diretora do DDRU informou a intenção de montar expediente junto ao MJSP para tratar do redirecionamento supradito, enquanto o representante do MJSP informou já ter sido feita sondagem junto à Coordenação-Geral de Fronteiras da SEOPI sobre essa alteração. A Coordenadora da CGGT destacou o fato de haver uma aproximação do MDR junto à SEOPI, devido à representatividade de ambas as pastas no âmbito do PPIF, para a elaboração de um Acordo de Cooperação Técnica para uma ação conjunta.
- Representante do Ministério da Defesa: comunicou-se a respeito das atividades da pasta na faixa de fronteira com relação à Operação Covid-19, que possui atividade diferenciada em cada arco da fronteira. No Arco Norte, o controle dos Pelotões Especiais de Fronteira ajudou no controle de circulação de pessoas. Os hospitais dos batalhões de fronteira e os postos médicos estão de

sobreaviso e contribuem com ação solidária. Nos Arcos Central e Sul, além do controle normal de fronteira, há uma campanha de conscientização que também é feita pelas unidades militares da fronteira. Sobre o Programa Calha Norte, é interessante o alinhamento que o programa tem com os trabalhos da CDIF, embora tenha-se que levar em conta que o Programa Calha Norte foi criado em 1985, e a ideia é principalmente segurança e desenvolvimento dos municípios acima da Microrregião do Alto Solimões e do Sudoeste Amazonense. Com o tempo, o programa foi ampliando sua área de atuação, e agora atinge partes dos estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul. Dos municípios que fazem parte do Programa Calha Norte, 168 dos quase 400 municípios incluídos no programa estão localizados na faixa de fronteira. O Programa Calha Norte não é um programa distribui recursos, e detém duas vertentes. Uma vertente militar, que faz a gerência dos recursos que estão no orçamento do Ministério da Defesa e realiza o repasse direto para as unidades militares na faixa de fronteira. Por exemplo, quando um hospital militar na faixa de fronteira é recuperado ou recebe investimentos, o hospital não atende somente militares, mas também ao município fronteiriço onde este se localiza. Uma referência é o Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira, cujo atendimento médico é feito também em Tabatinga/AM. Outro exemplo dado é quando é construída uma pequena usina hidrelétrica, que não servirá somente aos pelotões de fronteira, mas também à comunidade local. A outra vertente é a civil, que corresponde ao gerenciamento de emendas parlamentares. O departamento do Ministério da Defesa que faz a coordenação do Programa Calha Norte gerencia os recursos de emendas parlamentares, que já têm destinos certos para ação em municípios onde os recursos são empregados. O programa, por intermédio de convênios, repassa os recursos para determinado município a partir do momento que o projeto básico for aprovado no termo de referência, e o processo licitatório para tais recursos também for aprovado. O acompanhamento das diversas fases do processo continua sendo por conta do Programa Calha Norte. Atualmente, considerando os municípios cobertos pelo programa na faixa de fronteira, há em média 240 convênios celebrados. Desses convênios, 127 são na área social. Além da área social, também há convênios nas áreas de esporte, educação, defesa (um no Acre e outro em Rondônia) e transporte. Alguns exemplos de convênios do Programa Calha Norte são construção de escolas, quadras, ginásios, casas do índio, rodoviárias, praças, espaços de convivência, centros de convivência de idosos, entre outros. A finalidade desses convênios é o aumento da presença do poder público nas regiões trabalhadas, a defesa nacional na faixa de fronteira e a melhoria da infraestrutura de defesa, educação, esportes, segurança, saúde, assistência social, transporte, desenvolvimento econômico, entre outros. As ações do programa significam a vivificação das fronteiras e contribuem para a defesa nacional, assim como para o desenvolvimento das populações fronteiriças. Demonstra-se, portanto, que o programa contribui para os interesses da CDIF. A Diretora do DDRU informou que o Programa Calha Norte também é priorizado dentro do Conselho Nacional da Amazônia Legal na parte do desenvolvimento sustentável.

- Representante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República: comunicou-se a congratulação pela realização desta reunião e pelo cenário dos membros da CDIF em atuarem na faixa de fronteira, o que se traduz na necessidade de proatividade constante nessa região. Informou-se que o PPIF é de responsabilidade do GSI e possui competências específicas para com a faixa de fronteira. Tratou-se das competências do Conselho de Defesa Nacional (CDN), tendo o GSI dupla atribuição: as atividades do PPIF (segurança pública com a coordenação junto aos pertinentes órgãos estaduais), e a atuação do CDN (autorizações de assentimento prévio/anuência prévia). Dentre as novidades nos trabalhos do CDN, sublinha-se os atuais movimentos de simplificação e desburocratização com um mapeamento no decreto da faixa de fronteira, que objetiva retirar o que se encontra nas competências das juntas comerciais. Outra operação mencionada foi uma recente alteração na lei da faixa de fronteira (Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979) sobre o não assentimento prévio para transferência de terras para os estados de Roraima e Amapá. Sobre o PPIF, narrou-se que o programa é um grande guarda-chuva que trata das questões de proteção e segurança das fronteiras, e que se tem incentivado bastante a aproximação com a fronteira por meio do estreitamento de relações com visitas e realização de seminários *in loco*. Esses seminários consideram as fronteiras marítima e terrestre. Outrossim, para exemplificar os trabalhos do PPIF e seus membros, citou-se a Operação Ágata (Ministério da Defesa) e o Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas – VIGIA (Ministério da Justiça e Segurança Pública). Essas operações contam com a participação de todos os ministérios desde a instauração do PPIF. Esse planejamento é feito visando a tangente da integração para facilitar as questões relacionadas às fronteiras. Na questão do desenvolvimento, que tem ligação com o MDR, tem-se estreitado bastante as relações e

compartilhado informações no sentido de promover esse estreitamento (segurança com desenvolvimento), uma questão muito levada a sério. O Exército Brasileiro entende sua forma de atuação na faixa de fronteira baseada em um tripé (vida, trabalho e combate). Para a defesa da fronteira e a soberania nacional, considera-se a vida das populações fronteiriças, o trabalho dos pelotões se autossustentarem e o combate para defender as fronteiras. Na questão da fronteira oeste, tem-se visto ações recentes, como por exemplo a recente inauguração de um radar para combater o tráfico de drogas nas linhas da faixa de fronteira, e a construção da nova Ponte da Integração Brasil-Paraguai, (entre Foz do Iguaçu e Presidente Franco/Paraguai), sendo um sinal de que o governo federal está preocupado com o desenvolvimento e a segurança da faixa de fronteira. E, recentemente, foi inaugurada a Base Fluvial Arpão no Estado do Amazonas, ancorada no Rio Solimões e sendo uma base de operações policiais conjuntas para combater atividades ilícitas na região. A Diretora do DDRU frisou que o MDR tem trabalhado de maneira próxima com os trabalhos do PPIF, que o diálogo entre o MDR e o GSI está bastante profícuo e que considera importante a divulgação das informações relacionadas aos trabalhos do PPIF aos membros da CDIF. E depois, cumprimentou a presença de representantes do Tribunal de Contas da União nesta reunião, que tem acompanhado os trabalhos nas ações de desenvolvimento e integração na faixa de fronteira com um olhar especial para esse território. Mencionou-se o trabalho do TCU, junto às suas filiais estaduais, em alguns acórdãos vigentes para o acompanhamento das ações na faixa de fronteira desenvolvidas pelo governo federal e pelos governos estaduais. Considerou-se a importância dos acompanhamentos realizados pelo TCU sobre essas ações para evitar a descontinuidade de políticas públicas para a faixa de fronteira. Cumprimentou-se, também, a participação do Secretário Adjunto da Casa Civil do Estado do Rio Grande do Sul, assim como dos demais representantes dos estados fronteiriços nesta reunião.

- Representante do Ministério das Relações Exteriores: comunicou-se sobre as ações recentes do Itamaraty. A maior parte dos países vizinhos fecharam as fronteiras, por volta da segunda quinzena de março deste ano, tendo o Brasil fechado as suas pouco após, devido à pandemia da Covid-19, o que consiste em aproximadamente cinco meses de fechamento das fronteiras. Isso levou a uma série de crises, algumas maiores outras menores, com as quais a pasta lidou à medida que elas apareceram. As crises se deram principalmente em três vertentes: a) entraves ao movimento de cargas; b) várias crises consulares, de brasileiros tentando retornar ao Brasil e nacionais estrangeiros tentando retornar aos seus países; e c) diversas dificuldades enfrentadas pelas Localidades Fronteiriças Vinculadas quanto ao comércio e à vida cotidiana, pois geralmente o fechamento das fronteiras gera muitas dificuldades nessas áreas. Na parte de movimentação de cargas, a maioria dos problemas foi resolvida: exemplos informados foram episódios de lentidão na liberação de caminhões na Ponte Internacional da Amizade entre Brasil e Paraguai (Foz do Iguaçu/PR - Ciudad del Este/Paraguai), problemas também envolvendo a Ponte da Integração Brasil-Peru (Assis Brasil/AC – Iñapari/Peru), recentes manifestações em Puerto Quijarro/Bolívia com bloqueios de conexão por alguns dias com o Município de Corumbá/MS. De modo geral, essas crises foram solucionadas mediante contatos entre as autoridades e chancelarias do Brasil e dos países comprometidos. Na área consular, houve relativo êxito na repatriação de mais de 30 mil brasileiros, grande parte mediante a organização de voos especiais e outra parte via terrestre. O Itamaraty instituiu um grupo de crise consular que mobilizou muitos parceiros. E, finalmente, a questão das Localidades Fronteiriças Vinculadas pode ser considerada a mais relevante para a CDIF. A Portaria CC-PR/MJSP/MINFRA/MS nº 1, de 29 de julho de 2020 (dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa), é a portaria que diz respeito ao fechamento das fronteiras do Brasil. Essa portaria renovou anteriores portarias editadas sobre o assunto em tese desde o início da pandemia da Covid-19, e inclusive estabelece uma exceção para o comércio entre as Localidades Fronteiriças Vinculadas desde que o país vizinho dê reciprocidade ao Brasil. A título de exemplo, o Uruguai foi o único país que, em março deste ano, quando decidiu pelo fechamento das fronteiras, teve a iniciativa de se coordenar com o Brasil de modo a preservar o trânsito de residentes fronteiriços e o comércio fronteiriço com base na reciprocidade; ou seja, as Localidades Fronteiriças Vinculadas poderiam continuar realizando suas trocas comerciais devido ao atendimento da supradita reciprocidade. A portaria em apreço continua a prever essa exceção; no entanto, o que se tem notado é que há uma relutância muito grande de alguns países vizinhos em fazer a reabertura das fronteiras apenas entre as Localidades Fronteiriças Vinculadas devido aos seus sistemas de saúde muito frágeis. Foi citado o exemplo de recente videoconferência realizada com autoridades estaduais

e municipais do Estado de Rondônia, quando foi apresentada ao lado boliviano uma proposta de flexibilização do comércio fronteiriço e houve uma sinalização da Bolívia de disposição para conversar. O Itamaraty irá remarcar uma reunião em breve com as autoridades bolivianas para tratar desse assunto. No caso do Paraguai, não houve uma sinalização de boa vontade para tratar de uma abertura entre as Localidades Fronteiriças Vinculadas. O comércio fronteiriço com o Brasil é um aporte muito grande para a economia do Paraguai e, conforme as medidas de quarentena impostas foram avançando, ocorreu uma série de manifestações e protestos das autoridades locais, dos comerciantes e das populações, principalmente no lado paraguaio, sobre a possibilidade de permissão de reabertura das fronteiras. Como o governo central do Paraguai não se mostrou disposto a fazer uma reabertura nos termos da portaria supramencionada, adotando-se medidas espelho às medidas brasileiras, propôs-se então a negociação de um regime especial para o comércio fronteiriço. As negociações estão em curso e basicamente consistem em permitir ao nacional paraguaio ou brasileiro remotamente realizar compras no país vizinho para então se criar centros logísticos especiais nos dois lados das fronteiras (na zona primária das repartições aduaneiras) e autorizar o comprador a atravessar a fronteira para colher as mercadorias. Esse regime foi alinhado sem a necessidade de alterações na legislação atual sobre o limite baseado no dólar americano para compras, desde que se retorne ao país de residência como bagagem acompanhada. A ideia é permitir uma retomada das economias locais sem modificar a legislação vigente. A negociação com o Paraguai está bastante avançada, a parte aduaneira já foi resolvida, e o que pende são as tratativas ligadas aos protocolos sanitários a serem adotados nos centros logísticos que serão instalados nos dois lados da fronteira. A Receita Federal do Brasil sinalizou que, caso a negociação com o Paraguai funcione, essa sistemática poderia ser reproduzida com a Bolívia. A Coordenadora-Geral da CGGT deliberou sobre o Acordo de Localidades Fronteiriças Vinculadas do Mercosul (ALFV), projeto elaborado sob a responsabilidade do MRE e com a participação do MDR, entre outros órgãos, que atualmente encontra-se no Congresso Nacional.

- Representante do Ministério da Infraestrutura: comunicou-se que, na parte ferroviária, há o tema do Corredor Bioceânico e da Ferrovia Bioceânica, projetos que visam interligar os litorais do Oceano Atlântico e ao Oceano Pacífico no Cone Sul da América do Sul e chegando aos portos chilenos para escoamento de produção. Esse tema atualmente carece de mais desenvolvimento. Colocou-se à disposição para a disponibilização de informações sobre projetos de ferrovias, rodovias, aviação civil regional e demais formas de transporte no Brasil que possam ser úteis à CDIF. A Coordenadora-Geral da CGGT relatou que, no início deste ano, o MDR reuniu-se com a Secretaria-Executiva do MINFRA para pautas sobre infraestruturas nas cidades de fronteira, exemplificando com uma demanda sobre aviação regional e a conectividade entre as localidades fronteiriças. Mencionou também recente prévia realizada com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT sobre hidrovias e transporte aquaviário. A Diretora do DDRU informou sobre o conhecimento de notícia recente sobre o início das dragagens na Lagoa Mirim (Barragem Eclusa do Canal São Gonçalo, Rio Grande do Sul) e a necessidade de levantamento de informações a esse respeito. Em relação à aviação regional, é importante ter-se um panorama de como a gestão desse programa tem atuado nos últimos anos, pois para o trabalho com a temática do desenvolvimento regional, a aviação regional é um elemento essencial na melhoria da conectividade na região da faixa de fronteira. Solicitou-se contatos dentro do MINFRA para posteriormente tratar desses assuntos, e que aguarda o amadurecimento da pauta do Corredor Bioceânico para futuramente ser discutido com mais consideração no âmbito da CDIF.
- Representante do Ministério da Educação: comunicou-se sobre o corrente processo de transição de nova gestão na estrutura da pasta, e que a pauta educacional internacional está sendo reverificada a respeito de novas diretrizes quanto ao funcionamento da cooperação internacional para essa matéria. Informou-se acerca de um grande estudo feito em 2016 e 2017 sobre um diagnóstico das escolas fronteiriças, sendo 3.641 escolas municipais e estaduais, 45 campos universitários, e 51 campos de institutos federais da área de ensino técnico na região da faixa de fronteira. Isso traduz-se em vasta capilaridade para se trabalhar junto às cidades estrangeiras vizinhas. O estudo foi realizado, mas nada ainda efetivado em termos práticos. De certa forma, a gestão anterior da pasta priorizou a internacionalização de forma tímida, enquanto a atual pretende iniciar um trabalho na questão de aperfeiçoamento da língua espanhola junto às escolas brasileiras e da língua portuguesa nas escolas estrangeiras irmãs. A discussão precisará ser retomada em virtude da reestruturação do MEC. Devido à pandemia da Covid-19, todas as escolas continuam fechadas, e o MEC tem trabalhado na disponibilização de recursos para melhorar a infraestrutura de acesso à internet para as escolas, a fim

de que crianças e adolescentes estudantes possam acessar a modalidade de ensino remoto. A Diretora do DDRU mencionou que a pauta das escolas binacionais é recorrente principalmente nos arcos fronteiriços mais carentes de serviços sociais públicos, que existe em algumas cidades fronteiriças a utilização das escolas nacionais por estrangeiros e vice-versa, e que esses indicadores são necessários para mensurar melhor o planejamento de políticas para a faixa de fronteira no contexto da CDIF. A Coordenadora-Geral da CGGT referiu-se à questão das escolas binacionais e do reconhecimento pelo MEC de diplomas de estrangeiros que estudam no Brasil, e que é importante avançar nessas pautas. Mencionou diálogo realizado com o Conselho Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina, que faria a ponte com o Conselho Nacional de Educação para também assuntar esses temas, porém houve interrupção nas tratativas devido à pandemia da Covid-19.

- A Diretora do DDRU convidou o representante do Ipea para pronunciar sobre os estudos daquele instituto referentes à utilização de serviços na faixa de fronteira de forma comum pelos países vizinhos, principalmente educação e saúde, e como esse conteúdo é visto enquanto política pública e o que se pode avançar pela CDIF. O representante do Ipea discursou que, pensando-se em serviços, a ordem de prioridade nos arcos da fronteira geralmente é: 1º) em primeiro lugar o tópico saúde, grande problema na fronteira oeste brasileiro e, quando há assimetrias entre as cidades, esse problema torna-se ainda mais grave e gera pressão em cima dos serviços públicos brasileiros (Foz do Iguaçu/PR citada como exemplo); 2º) em segundo lugar o tópico segurança; e 3º) em terceiro lugar o tópico mobilidade, como a facilidade no acesso de um lado para o outro da fronteira, normalmente vinculados a problemas regulatórios. Citou também o tópico da educação, com a necessidade de as escolas serem bilíngues, da redução da burocracia no reconhecimento de diplomas, principalmente de nível superior, e das universidades também serem bilíngues. Articulou sobre a problemática dos governos serem capazes de reconhecer que nem sempre o que é e deve ser feito no âmbito das capitais traduz-se em realidade possível de ser aplicada na faixa de fronteira. A representante do MEC falou sobre a questão do reconhecimento dos diplomas, sendo de fato uma dificuldade que o Brasil tem em relação à autonomia universitária, que descentralizou essa tarefa, o que muitas vezes traz problemas para os cidadãos. Trabalha-se junto ao Mercosul Educacional, que tem um sistema chamado ARCU- SUL para qualificação das unidades universitárias para facilitar o reconhecimento de diplomas, traçando-se uma linha comum de estudos. Há a discussão sobre a capacidade das universidades de aderirem ao ARCU-SUL, não somente nas fronteiras do Mercosul como também no âmbito nacional. Informou também sobre trabalhos junto ao comitê de imigração (nomenclatura específica não mencionada) referentes à facilitação no reconhecimento de cursos técnicos de imigrantes para permitir a entrada qualificada no mercado de trabalho brasileiro.
- Ministério da Saúde: por meio de apresentação PowerPoint®, comunicou-se sobre as ações em execução ou planejamento na faixa de fronteira. Destacou-se que o atendimento a estrangeiros pelo Sistema Único de Saúde (SUS) não cessou completamente durante a pandemia da Covid-19, principalmente nas cidades-gêmeas. De modo geral, as ações mais incisivas de atuação nas fronteiras incluem: atividades de capacitação de profissionais de saúde (interrompidas devido à pandemia da Covid-19, porém ainda parcialmente realizadas de forma remota em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz), campanhas de vacinação conjunta (interrompidas em 2020 devido à pandemia da Covid-19), doação de insumos de saúde (exceto os proibidos por decretos brasileiros), vigilância em saúde conjunta e saúde da população indígena (em parceria estreita com o Ministério da Defesa para o atendimento em áreas remotas, principalmente na Região Norte). Em seguida, demonstrou-se o projeto em andamento para a instalação de Salas de Monitoramento e Resposta de Emergências em Saúde Pública em doze municípios de fronteira, em fase atual de aquisição de equipamentos e com as seguintes atividades futuras previstas: avaliação e elaboração de novos indicadores de monitoramento com bases definidas pelo Regulamento Sanitário Internacional, e realização de oficinas de capacitação. Foi mostrado um mapa das Salas de Monitoramento e Resposta no Brasil, informando-se que o projeto está avançado em Foz do Iguaçu/PR, por exemplo, e que se pretende criar em Tabatinga/AM uma sala binacional em parceria com o Governo da Colômbia para monitoramento conjunto. Seguiu-se com a demonstração de ações específicas em cada região de fronteira: a) Platô de las Guianas (doações e cooperação técnica com Suriname e Guiana Francesa para projeto de diagnóstico e tratamento da malária em áreas de garimpo – Projeto Malakit); b) Venezuela (Programa para eliminação da Oncocercose – Terra Indígena Yanomami entre Roraima e Venezuela –, e Situação de imigrantes e refugiados – Operação Acolhida junto ao Exército Brasileiro); c) Colômbia, Bolívia e Peru (em andamento a instituição de uma Sala Binacional de Resposta e Monitoramento – Brasil/Colômbia – com a finalidade de fortalecer a

vigilância em saúde na região, bem como congregar mecanismos de comunicação avançados da fronteira –, e em andamento tratativas para firmar Memorando de Entendimento com o Ministério de Seguridade Social peruano também responsável pela assistência em saúde em localidades na fronteira Brasil/Peru); d) Paraguai (tratativas entre os governos de Brasil e Paraguai para o estabelecimento de mecanismo que permita a reativação do comércio fronteiriço, ao amparo do Regime Aduaneiro de Barragem do Mercosul – Decisão CMC nº 53/08 –, o Ministério a Saúde está em comunicação com as Secretarias de Saúde do Paraná e Mato Grosso do Sul para garantir que esse mecanismo comercial esteja em consonância com os protocolos sanitários estaduais e municipais do lado brasileiro); e) Argentina (os Ministérios da Saúde da Argentina e do Brasil assinaram, em 2018, um Memorando de Entendimento para trabalhar bilateralmente – dentro as principais ações em saúde elencadas pelo MOU está o trabalho conjunto em região de fronteiras e redes integradas de serviços de saúde); e f) Uruguai (os dois países chegaram a um acordo pioneiro de cooperação para o combate à Covid-19, e há discussões avançadas entre as autoridades dos dois países para o estabelecimento de protocolos sanitários em cidades fronteiriças selecionadas). Abordou-se com exemplos desafios persistentes para a saúde na faixa de fronteira. A Coordenadora-Geral da CGGT avisou que, no início da pandemia da Covid-19, o Ministério da Saúde foi bastante prestativo com a cessão de informações atualizadas para o MDR repassar aos NEF.

A Diretora do DDRU abriu para mais comentários:

- O representante do Ipea falou sobre importância das reuniões da CDIF, elogiou a perspectiva do estudo do IBGE de abordar também a fronteira oeste, pôs-se à disposição para tratativas com membros da CDIF, se houverem manifestações, reforçou que o fechamento das fronteiras prejudica bastante as cidades fronteiriças (principalmente as cidades-gêmeas), objetou ao MINFRA sobre a ponte sendo construída em Foz do Iguaçu/PR não ser bimodal, comentou sobre a aviação regional ser um tema de elevada relevância, confirmou que a temática da saúde é o maior gargalo nos municípios fronteiriços, e disse que o estudo “Referências para a formulação de políticas públicas para as fronteiras brasileiras” está sendo atualizado para futura publicação e divulgação em virtude dos dados novos da REGIC 2018. Também falou de uma importância maior sobre a definição de novas cidades-gêmeas e a necessidade de políticas públicas mais específicas para esses municípios. Colocou-se à disposição da representante do Ministério da Saúde para conversar sobre a Nota Técnica “Pandemia e Fronteiras” e, também, sobre os demais produtos da pesquisa Fronteiras. Por fim, comentou que o relatório sobre a imigração Venezuela- Roraima está em fase de conclusão para ser publicado.
- O representante do TCU elogiou o estudo do IBGE apresentado e sua importância para o diagnóstico e o planejamento de políticas públicas para a faixa de fronteira, e mencionou sobre a fala do MD sobre o Programa Calha Norte, informando sobre recente auditoria realizada na área de abrangência do programa, que já tem gerado muitos resultados. Frisou que as iniciativas do governo federal para a faixa de fronteira estão evoluindo à medida que mecanismos de governança dão maior orientação às políticas públicas que afetam a região. Informou sobre a vertente principal do TCU para com a faixa de fronteira ter sido segurança e defesa, mas realçou que a questão do desenvolvimento econômico, entre outras, também são importantes para a faixa. Como órgão de controle externo, demonstrou-se a preocupação para se evitar a duplicidade de esforços de ações na faixa de fronteira entre as diversas esferas de governo.
- O representante da CNC falou sobre haver grupos de desenvolvimento (problemas de áudio neste momento) e sobre diversas dificuldades encontradas nos serviços prestados nas áreas de fronteira, principalmente o turismo.
- Representante do Estado Mato Grosso do Sul: comunicou-se sobre a importância de se articular com todos os órgãos que atuam nas temáticas que envolvem a faixa de fronteira. Manifestou preocupação com relação à segurança na fronteira do estado, com a expectativa de que o MJSP trouxesse mais informações a respeito da atuação da pasta nesse tema, visto que o Governador do Estado Mato Grosso do Sul esteve recentemente com o Presidente da República para fechar parceria referente ao narcotráfico, intensificando as ações de fronteira. Tem-se também a preocupação recorrente sobre a sanidade animal, porque o estado busca tornar-se livre da febre aftosa sem vacinação, destacando-se a importância de parceria com as autoridades paraguaias, sendo importante que o MRE pavimente esse diálogo, em estado bastante avançado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, e que todas as forças se alinhem nessas tratativas. Faz-se importante

também trazer a discussão do ponto de vista ambiental, sendo necessário que o Ministério do Meio Ambiente (órgão não integrante da CDIF) traga a pauta que se tem com os biomas regionais, pois atualmente acontece uma integração logística que de alguma forma impactará uma série de regiões. Ao se falar dessa integração, ela necessariamente impactará outras áreas além da econômica, então será imprescindível discutir questões de meio ambiente, sociais, direitos humanos, entre outras. Assim, considera-se que as reuniões da CDIF são relevantes para se conhecer o que cada pasta vem trabalhando e para as devidas intermediações que auxiliem os estados nas regiões de fronteira. Complementou-se que o estado teve oportunidades de reunir-se anteriormente com a CDIF para abordar, por exemplo, sobre o tema do Corredor Bioceânico, que já está consolidado e acontecendo, e é importante interagir e adensar ações paralelas, como a questão da Hidrovia Paraguai-Paraná, também importante para o Estado Mato Grosso do Sul, assim como a seca e os incêndios provocados por ação humana ocorrendo neste ano na região do Pantanal, que prejudicam a navegação de transporte de mercadorias pela referida hidrovia. Colocou-se, portanto, a necessidade de fazer uma discussão também sobre ações de adaptação e mitigação das mudanças climáticas, por haver impactos duradouros sobre o ponto de vista econômico, sendo preciso agir com antecedência.

- Representante do Estado de Rondônia: comunicou-se sobre a importância da presença do MDR em assuntos tangentes à faixa de fronteira junto aos estados da região. Recentemente, em julho, o estado reuniu-se com o MDR e tratou do comércio parado e prejudicando bastante o Município de Guajará-Mirim/RO, sendo que se aguarda junto ao MRE marcação de uma reunião com o governo boliviano para possível reabertura das fronteiras no intuito de restabelecimento do comércio. Até então, sabe-se que situação da pandemia da Covid-19 está bastante estabilizada em Guajará-Mirim/RO, com o retorno das atividades de comércio na cidade, observando-se que é uma questão burocrática a pauta da reabertura das fronteiras para o retorno da normalidade.
- Representante do Estado do Mato Grosso: comunicou-se a respeito das recentes queimadas ocorrendo no estado, igualmente advertido pelo Estado Mato Grosso do Sul. Trabalha-se para a diminuição das queimadas, que geram grande preocupação para o bioma do Pantanal, com atual articulação junto à Vice-Presidência da República para frear esse fenômeno e o desmatamento local. Informou sobre a considerável redução nos casos gerais e diários de Covid-19 no estado, em fase de estabilização. Foi estabelecido um centro de triagem para identificação e tratamento de pessoas com sintomas iniciais de Covid-19, que conta com equipes médicas e medicamentos. Fez referência às medidas legais e decretos, estaduais e municipais, para o combate à pandemia da Covid-19 como, por exemplo, distanciamento social e atenção aos cuidados recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Destacou que o Município de Cáceres/MT foi reconhecido como cidade-gêmea em 2019, e a preocupação com questões de saúde, hospitais regionais (que também recebem pacientes estrangeiros dos municípios limítrofes da Bolívia), aeroportos e a regionalização de voos.
- Representante do GSI: comunicou-se sobre a questão do meio ambiente apresentada pelo Estado do Mato Grosso do Sul, que não faz parte das pautas do PPIF. Em julho deste ano, foi realizada reunião da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), na qual o PPIF deliberou sobre pautas como a reavaliação de pedido do MAPA para integrar-se ao Comitê-Executivo do PPIF, visto que aquela pasta possui o Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (VIGIAGUA) (Ressalva: o Programa VIGIAGUA é de competência do Ministério da Saúde – Fonte: <https://www.saude.gov.br/vigilancia-em-saude/vigilancia-ambiental/vigiagua>). Observou-se que de fato há doenças que afetam o rebanho animal e que essas podem afetar a soberania e a segurança e defesa nacional.

Por fim, a Coordenadora-Geral da CGGT tratou dos encaminhamentos e encerramento da XVII Reunião Ordinária da CDIF: a) agenda de reuniões da CDIF para 2020/2021; b) ata da reunião a ser encaminhada aos membros da CDIF para contribuições e divulgação; c). disponibilização de documentos exibidos e dos endereços eletrônicos de publicações do Ipea por mensagem eletrônica da Coordenação-Geral de Gestão do Território (CGGT/DDRU/SMDRU/MDR); e d) início da elaboração do relatório anual de atividades da CDIF.

Aos vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte, às dezessete horas e quarenta e um minutos, encerrou-se a XVII Reunião Ordinária da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira – CDIF.

5. DAS PRÓXIMAS REUNIÕES

XVIII Reunião Ordinária	DATA: 23 de novembro de 2020	LOCAL: SMDRU/MDR / Videoconferência
XIX Reunião Ordinária	DATA: 22 de fevereiro de 2021	LOCAL: SMDRU/MDR / Videoconferência
XX Reunião Ordinária	DATA: 24 de maio de 2021	LOCAL: SMDRU/MDR / Videoconferência
XXI Reunião Ordinária	DATA: 23 de agosto de 2021	LOCAL: SMDRU/MDR / Videoconferência
XXII Reunião Ordinária	DATA: 22 de novembro de 2021	LOCAL: SMDRU/MDR / Videoconferência

Aos 24 de agosto de 2020, às 17h, encerrou-se a XVII Reunião Ordinária da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - CDIF.

Representante do Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR

Titular: Tiago Pontes Queiroz

(Secretário Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano)

Suplente: Adriana Melo Alves

(Diretora do Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano)

Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP

Titular: Martha Pacheco Braz

Suplente: Ana Clara Formiga

Representante do Ministério da Defesa - MD

Titular: Francisco Djalma Cesse da Silva

Suplente: André Luiz dos Santos Costa

Representante do Ministério das Relações Exteriores - MRE

Titular: Olympio Faissol Pinto Júnior

Suplente: Gabriela Guimarães Gazzinelli

Representante do Ministério da Infraestrutura - MINFRA

Titular: Wagner Pessoa Felix da Silva

Suplente: Francisco Francione Soares Junior

Representante do Ministério da Educação - MEC

Titular: Eduardo André de Brito Celino

Suplente: Roseli Teixeira Alves

Representante do Ministério da Saúde - MS

Titular: Roberta Aguiar Cerri Reis

Suplente: Ana Claudia Cardoso Chaves

Representante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI

Titular: Renata de Souza Furtado

Suplente: José Carlos da Costa Santos

59000.026706/2020-04

2906241v1



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Castello Branco Coutinho, Assistente Administrativo**, em 22/12/2020, às 11:13, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Melo Alves, Diretor(a) de Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano**, em 13/01/2021, às 13:20, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Olympio Faissol Pinto Junior, Usuário Externo**, em 21/01/2021, às 10:33, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Djalma Cesse da Silva, Usuário Externo**, em 21/01/2021, às 11:28, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Clara Formiga Ferreira do Carmo, Usuário Externo**, em 21/01/2021, às 14:41, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **roberta aguiar cerri, Usuário Externo**, em 21/01/2021, às 16:48, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE CARLOS DA COSTA SANTOS, Usuário Externo**, em 25/01/2021, às 17:07, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Wagner Pessoa Felix da Silva, Usuário Externo**, em 02/02/2021, às 10:45, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2906241** e o código CRC **276CFA79**.